

**As relações comerciais brasileiras:
Portugal, um importante mercado?**

Pâmella Maria da Silva Mendonça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientadora:

Prof. Doutora Ana Monica Fonseca, Professora Auxiliar Convidada – ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

ISCTE-IUL

2017

Agradecimento

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, sem os quais não seria possível a realização desse mestrado que em muito me ajudou a crescer e desenvolver meus conhecimentos. Minha família, que mesmo longe, sempre deu forças e incentivos para seguir meus sonhos e realizá-los. As pessoas importantes e queridas que estiveram ao meu lado em algum momento da realização dessa dissertação.

Um grande agradecimento também ao meu orientador e coorientadora, que estiveram sempre dispostos a ajudar e incentivar a realização dessa tese. Sempre mostrando grande interesse sobre o tema e buscando solucionar minhas dúvidas.

A todo o corpo docente do ISCTE-IUL, aos meus professores do mestrado que me ensinaram muito ao longo dos dois anos que passei na realização do Mestrado em Estudos Internacionais. Também aos amigos e colegas que fiz durante esse período no ISCTE, alguns dos quais levo para a vida e estão sempre ao meu lado.

A minha família e amigos que vivem no Brasil, meu país tão querido e amado, sempre me dando forças mesmo a distância e incentivando a realização do mesmo. Além de diversas ajudas que recebi sobre títulos, autores e fontes que poderia ajudar na elaboração desse trabalho.

Só tenho a agradecer a todas essas pessoas que de forma direta ou indiretamente estão junto comigo nesse trabalho. Além de minha essa tese é de todos vocês.

Resumo

Este trabalho busca analisar as relações entre o Brasil e Portugal, e a forma como suas políticas externas atuam, tanto no viés diplomático como comercial. Além disso mostra durante os últimos anos (2003-2016) como se desenvolveu o comércio entre os dois países. O avanço brasileiro na economia internacional a partir de 1995 com sua nova política externa também é de grande importância para perceber esses acontecimentos, além da relação com a África e sua descolonização. A vontade política de manter essas boas relações entre ambos os países é perceptível através de comentários de integrantes do governo, presidentes, ministros dentre outros participantes.

O comércio internacional brasileiro foi o de maior foco para elaboração desse trabalho. Com informações sobre seus principais países importadores e exportadores e seu crescimento ou queda durante os anos. O Brasil apresentou grandes crescimentos econômicos durante o início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Crescimento esse que não foi mantido nos anos seguintes. Mas mesmo assim o Brasil ainda hoje é um importante mercado na esfera internacional e participa de diversos acordos com outros países para assim se manter.

Palavras-chave: relações luso-brasileiras, comércio entre Brasil e Portugal, relações comerciais brasileiras.

Sumário

Agradecimento.....	II
Resumo	III
Sumário.....	IV
Introdução.....	1
Objetivo	5
Metodologia.....	6
Relações históricas, culturais e linguísticas entre Brasil e Portugal.....	8
Conflitos diplomáticos entre Brasil e Portugal e democratização lusitana	9
Relações Comerciais.....	13
Dados das relações comerciais brasileiras.....	17
Discursos, entrevistas e artigos publicados no Brasil.....	20
Legislação brasileira.....	24
Conclusão	27
Bibliografia.....	28
Legislação.....	30
Anexos.....	31

Introdução

Na política internacional se encontra duas vertentes que serão de extrema importância na compreensão e execução desse trabalho. Um dos diversos caminhos para essa política são os acordos internacionais entre países e instituições. Além disso a área doméstica é de extrema importância também no nível internacional, e a interação entre um e outro para a diplomacia internacional¹.

A política externa brasileira começou um novo ciclo a partir de 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando as relações com o FMI e outros países se tornou mais presente. A cooperação começou a ser mais frequente e perceptiva, e podemos dizer que o Brasil passou por significantes transformações no que diz respeito à política internacional. No entanto, foi principalmente a partir do governo de Lula que os laços se tornaram mais fortes, principalmente na América do Sul e África. Durante seu governo, Lula buscou uma maior aproximação com os países africanos, com o investimento estrangeiro direto brasileiro sempre em crescente na África nesse momento, junto com as instituições públicas que desempenharam um papel também muito importante. A relação do Brasil com a União Europeia foi fortalecida juntamente com a maior aproximação do Brasil à África, o interesse estratégico em comum permitiu a união de forças para a promoção da integração regional em África². Com essa aproximação as relações Brasil- UE tornaram-se mais frequentes, o que permitiu ao Brasil tornar-se o principal parceiro comercial da UE na América Latina e num importante receptor de investimentos diretos de origem europeia.

Com vista em expandir a economia internacional, anteriormente no Brasil em finais da década de 70, foi negociado um acordo de cooperação comercial e económica, porém entrando em vigor somente em 1982. Após os governos de FHC e Lula, o Brasil passou a ser considerado um mercado mundial, com a expansão de economias e políticas voltadas ao mercado internacional. Pode-se dizer que a partir desse momento o Brasil passa a ser um comerciante global, o que influenciou na expansão económica e conexões

¹ Vieira, Vinicius Rodrigues (2014). “Is politics behind trade? The impact of international trends and diplomatic action on Brazil’s exports during globalization”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 33, nº 2, pp. 140-157.

² Ferreira-Pereira, Laura C. (2010). “As relações entre a União Europeia e o Brasil: o papel de Portugal num processo em crescendo cooperativo”. *Revista Mundo Nuevo*, 1:3, pp. 9-30.

políticas com o Norte³. O mercado com a UE é de grande importância para o Brasil, já que o mercado europeu representa o segundo maior mercado comercial do Brasil, e o Brasil ocupa a 10ª posição dos mercados europeus, além de serem grandes investidores no Brasil. O Brasil possui dois momentos recentes que mostram sua expansão no comércio internacional, entre 2004 e 2008 as indústrias manufatureiras obtiveram seu maior ciclo de expansão desde 1970, principalmente no setor de investimentos. A partir de 2010 a crescente das economias emergentes vêm provocando transformações estruturais⁴. A crise econômica de 2008 não foi fortemente sentida no Brasil, como no resto do mundo. Isso dá-se pelo fato da existência de grande superavit comercial e grande volume de reservas cambiais no país, o que blindou a economia brasileira das especulações⁵.

Diferentemente do que era especulado, o governo Lula manteve sua política econômica baseada na continuidade do governo FHC. Durante o primeiro trimestre do governo Lula, os acordos estabelecidos com o FMI foram respeitados e a ideia de não confrontação estava presente, o que se alterou em setembro do mesmo ano. A política do governo Lula em relação ao FMI possuiu dois momentos distintos. Num primeiro momento, o presidente Lula procurou diminuir as relações de proximidade com o Fundo, discursando assim sobre a possibilidade da não renovação dos acordos.⁶ Porém não foi o que ocorreu, e em 2004 os acordos foram prorrogados por mais 15 meses, mesmo que não tenha sido mais necessário sacar recursos nesse período. Em busca de um maior afastamento, foram pagos antecipadamente em finais de 2005, 10,8 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES), referente a empréstimos junto ao FMI.⁷ Essa política de afastamento em relação ao FMI foi alterada quando, em meados de 2007, a crise mundial já se iniciava nos Estados Unidos. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores,

³ Vieira, Vinícius Rodrigues (2014). “Is politics behind trade? The impact of international trends and diplomatic action on Brazil’s exports during globalization”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 33, nº 2, pp. 140-157.

⁴ Cunha, André Moreira/ Lelis, Marcos T. Caputi/ Fligenspan, Flavio Benevett (2013). “Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 3 (132), pp. 463-485.

⁵ Tude, João Martins e Milani, Carlos Sanchez (2013). “A política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula”. *Revista brasileira de política internacional* 56 (1): 85-103.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

durante a crise foi possível perceber o surgimento de uma oportunidade de mudança no sistema financeiro e económico internacional⁸. Nesse momento, o foco diplomático do governo brasileiro estava voltado ao G-20 financeiro e nos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Em abril de 2009, o Brasil passou a ser credor do FMI, com o anúncio do ministro Guido Mantega na participação do Plano de Transações Financeiras.⁹ Com isso, foi possível que Lula discursasse de forma que transmitisse a população a ideia de que o Fundo já não possuía controle político sobre o Brasil, e o Brasil teria uma maior influência nas dinâmicas institucionais e financeiras do Fundo.

Apesar de diferentes ênfases dadas por FHC e Lula face a política internacional, os dois possuíam um mesmo objetivo, conseguir uma maior influência global. Enquanto FHC seguia os passos de Collor, ainda com decisões tomadas relativamente aos países do Norte, Lula buscava um universalismo e uma maior independência, além de uma maior aproximação na cooperação Sul-Sul¹⁰. Suas diversas visitas diplomáticas a países africanos e da América do Sul mostraram o seu interesse de cooperação e prioridade nessas regiões. Essa aproximação permitiu a expansão da influência do Brasil nas governanças globais¹¹.

A relação do Brasil com Portugal dá-se muito além de questões económicas, mas principalmente culturais e históricas. Segundo Carmen Fonseca, o Brasil é uma das prioridades portuguesas e isso dá-se ao facto dos “laços especiais de fraternidade”, “afinidades históricas e culturais” e também por uma “tradição de amizade, colaboração e profundas raízes culturais”¹². O aumento dessa relação ocorreu a partir de 1974, com o início do período democrático em Portugal. O governo brasileiro foi o primeiro a

⁸ Ministério das Relações Exteriores 2010.

⁹ Tude, João Martins e Milani, Carlos Sanchez (2013). “A política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula”. *Revista brasileira de política internacional* 56 (1): 85-103.

¹⁰ Cervo, A. L. (2003) ‘A política exterior: de Cardoso a Lula’. *Revista Brasileira de Política Internacional* 46(1): 5–11.

¹¹ Ibid.

¹² Fonseca, Carmen (2010). Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). *Revista Brasileira de Política Internacional* 53:2, 49-69.

reconhecer o novo regime em Portugal, apesar de no momento estar a viver numa ditadura, o que de certa forma levou a um afastamento entre os dois países¹³.

Atualmente o Brasil enfrenta um dos períodos de maior dificuldade em sua economia internacional, juntamente com uma crise interna, económica e política. Durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou diversos momentos de crise como há muito não experimentava, o que ainda se reflete atualmente. Durante seu governo, Dilma Rousseff manteve uma política externa que divergia das propostas pelo governo anterior, no seu mandato esteve muito mais preocupada com as questões internas do país¹⁴. Essa forma de governar acabou por afetar a participação do Brasil na política global.

Esse trabalho está dividido em dois capítulos, onde se busca entender as relações históricas, políticas e sociais entre o Brasil e Portugal e a democratização de ambos os países e suas relações económicas e comerciais, além de entender um pouco do comércio exterior brasileiro, e perceber se Portugal é um importante mercado para o Brasil, ou se essas relações só ocorrem de forma importante pela proximidade histórica, cultural e linguística.

¹³ Carvalho, Thiago. “Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976)”, *Ler História*, 63 | 2012, data de edição : 09 Abril 2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/398> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.398, consultado em 28 Outubro 2017.

¹⁴ Saraiva, Miriam Gomes (2014). Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Revista de Relações Internacionais* 44: 25-35.

Objetivo

Tem-se como principal objetivo nesse trabalho o entendimento do comércio exterior brasileiro, com o foco no comércio com a Europa e mais especificamente com Portugal. Para uma melhor análise dos últimos acontecimentos brasileiros, o foco encontra-se durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, que ocorreu entre 2003 até 2016, correspondendo aos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva e ao primeiro mandato de Dilma¹⁵. Além do cenário econômico, o político pode influenciar também fortemente as relações comerciais e a economia do país. Nesse sentido os governos precisam ser bem desenvolvidos e compreendidos em sua totalidade, ligado a isso é importante perceber as conquistas econômicas, as quedas, como se enquadram as relações comerciais, principalmente com a União Europeia e Portugal.

Porém, para entender um pouco do governo PT no Brasil é preciso recuar e enquadrar cronologicamente o governo de Fernando Henrique Cardoso, que contribuiu também para os avanços econômicos brasileiros no governo posterior, devido as decisões tomadas no campo da economia.

Ao selecionar Portugal como foco, se pode analisar melhor se realmente ocorreram avanços ou quedas nos níveis comerciais, já que Portugal não configura por si só um grande país importador e exportador para o Brasil.

Os acordos também são de grande importância para o bom fluxo do comércio internacional. Relacionado a isso alguns acordos principalmente relativamente a União Europeia, com o Brasil e até mesmo com o Mercosul, precisam ser destacados e explicados. A legislação brasileira relativamente ao comércio exterior também precisa ser analisada e percebida quando um avanço ou retrocesso nessas relações. Porém, uma das principais pesquisas deve ser a percepção através de figuras do governo. Procuraremos, por isso, aferir se os objetivos expostos em discursos, textos, ou até mesmo artigos em relação ao comércio exterior obtiveram sucesso durante o período em que estavam em posições de destaque e analisar se seus discursos condizem com a realidade de seus atos e se nesses momentos de discursos o comércio era tido como foco de governo ou objetivo a ser alcançado.

¹⁵ Seu segundo mandato não foi concluído devido ao seu impeachment pelo congresso brasileiro.

Metodologia

No sentido da elaboração do trabalho, foram necessárias diversas pesquisas e a utilização de métodos qualitativos e quantitativos. As fontes de análise do comércio exterior, relação de produtos, índices de países foram necessárias para conseguir compreender as mudanças e se essas mudanças se configuram durante o governo PT ou se ocorre somente uma continuidade dos avanços destacados no primeiro governo de Lula. Por isso o uso das metodologias é de fundamental importância assim como a escolha dos autores que já conhecem e escrevem sobre as relações económicas, históricas, culturais dos países a serem estudados.

Nesse sentido, busquei analisar discursos, artigos e entrevistas realizados por membros do governo para perceber se o tópico do comércio internacional estava presente também nesses momentos que é um pouco mais visível a população. Ou somente de forma mais privada, discutidos entre membros do governo, sem o foco da imprensa. A situação do comércio internacional brasileiro ainda é pouco estudada, sendo encontrada principalmente em notícias, pequenos artigos ou entrevistas de economistas referente a situação brasileira, assim se pretende desenvolver alguma ideia do que ocorre atualmente no mercado económico brasileiro.

Para elaborar a dissertação acredito ser importante a utilização de métodos qualitativos e quantitativos. Em termos qualitativos, serão analisados discursos, artigos e entrevistas realizados por membros do governo, e se as propostas por eles elaboradas, ou projeções para o futuro, condizem com a realidade de avanço do comércio exterior.

Na legislação, o principal foco será perceber se ocorreram mudanças que sejam relativas ao comércio exterior e de relevância para o assunto proposto. Se houveram alterações na lei que beneficiem ou não o comércio, ou até mesmo partes específicas. Caso não haja alterações atuais, se não seria o caso de ocorrerem para um melhor desempenho do comércio e até mesmo uma busca de facilitá-lo. Alguns acordos entre organizações mundiais também ocorrem com o intuito de expandir e facilitar o comércio, o que será também explicitado alguns desses acordos.

Essas informações são facilmente encontradas e estão disponíveis nos sites do Itamaraty, ministério do comércio exterior. Os acordos possuem também plataformas online onde podem ser consultados. A legislação também está disponível online no site do Planalto, Portal da Legislação.

No método quantitativo, a análise será baseada nos relativos as relações comerciais brasileiras, assim como os índices de comércio, principais países exportadores e importadores, principais produtos, e níveis dos países no comércio, os dados foram encontrados e extraídos da AICEP (Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa), FUNAG (Fundação Alexandre Gusmão), na plataforma online do governo brasileiro e no Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization).

Relações históricas, culturais e linguísticas entre Brasil e Portugal

A aliança entre Brasil e Portugal deu-se de forma gradual, pela colonização do Brasil por Portugal e uso da mesma língua e costumes e tradições que foram enraizados durante esse período. Além da grande quantidade de imigrantes tanto de brasileiros em Portugal como de portugueses no Brasil. Para Norberto Santos, “as fortes ligações e facilidade de integração” tornam a imigração portuguesa para o Brasil bastante convidativa.

Um dos motivos da grande influência de tradições, costumes e cultura lusitana no Brasil é devido ao fato da constante imigração portuguesa para o território brasileiro ao longo dos anos.¹⁶ A grande imigração entre Portugal e o Brasil só fez se crescer e reforçar as relações existentes. Apesar de um primeiro momento de dificuldades, o fato de compartilharem a mesma língua, a mesma fé religiosa¹⁷, semelhanças de hábitos, tornava mais fácil uma adaptação ao país. Uma das principais heranças comum luso-brasileira seria a língua portuguesa. A língua portuguesa foi sendo implementada aos poucos no território, em muitas partes continuou-se a falar o tupi-guarani, idioma dos indígenas, porém o português foi-se difundindo pela necessidade de escravos se comunicarem e falarem com seus capatazes. Inicialmente o nordeste brasileiro foi o primeiro espaço de terra onde o português começou a se consolidar.

Na década de 50 foi criado um Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, um instrumento jurídico que moldou as relações políticas entre os dois países. Em um primeiro momento, o tratado serviu para oficializar o apoio do Brasil a Portugal no intuito de manter domínio sob Goa, Damão e Diu.

Bernard Klingl afirma que o Brasil e a União Europeia possuem os mesmo códigos, valores e princípios no que se diz respeito a política, isso seria decorrente das raízes comuns entre ambos. E que a partir de 2007 começou a crescer com o estabelecimento de uma Parceria Estratégica, através do Tratado de Lisboa. Essa aproximação repercutiria nas decisões dos assuntos relativamente a política externa.

¹⁶ *Colóquios sobre o Brasil n°79*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1967.

¹⁷ Sendo a maioria da população brasileira católica até os dias de hoje, e tendo Portugal uma grande influência católica em sua história.

Conflitos diplomáticos entre Brasil e Portugal e democratização lusitana

As políticas externas do Brasil e de Portugal precisaram ser ajustadas após a II Guerra Mundial com a bipolaridade mundial. A partir de então as divergências entre Brasília e Lisboa começaram a surgir, o que fez o antigo alinhamento automático entre ambas chancelarias tomasse lugar pelo impasse no diálogo bilateral¹⁸. Porém essa relação em um primeiro momento foi marcada pela ambiguidade, de um lado o apoio brasileiro ao colonialismo português sofreu oscilações dentro da Administração brasileira sobre qual a forma de desenvolvimento e de inserção internacional se deveria utilizar. Por outro lado, em desacordo as mudanças do mundo pós-guerra, Brasília, durante a década de 50, foi um dos principais aliados de Portugal no que tange a manutenção do Império.¹⁹ Após a II Guerra Mundial, se tornou de grande interesse internacional a descolonização dos países da África. Esse interesse estava voltado principalmente na busca pela inserção internacional, o Brasil era um dos principais com esse objetivo. Diferentemente do que era imaginado até a década de 50, quando se acreditava que a relação com a África funcionava de melhor maneira através do intermédio português²⁰.

A partir do momento em que o alinhamento entre Brasil e Portugal foi consolidado, dois instrumentos jurídicos para aprofundar as relações bilaterais e unificar a Comunidade Luso-Brasileira foram afirmados, o Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, e a Convenção Sobre a Igualdade de Direitos e Deveres, em 1971. A ideia de Comunidade Luso-Brasileira foi entendida de forma divergente entre as duas diplomacias, enquanto Portugal pretendia que fosse uma forma de comprometimento da política externa brasileira com a política ultramarina, tornando menos provável uma

¹⁸ Carvalho, Thiago. “Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976)”, *Ler História*, 63 | 2012, data de edição : 09 Abril 2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/398> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.398, consultado em 28 Outubro 2017.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Carvalho, Thiago Severiano Paiva de Almeida - *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consultado em 25 de outubro de 2017] Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2054](http://hdl.handle.net/10071/2054), consultado em 25 de Outubro de 2017.

manifestação oficial do Brasil a favor da emancipação das colónias portuguesas em África. Por seu lado, o Brasil entendia-a como uma forma de vínculo entre as colónias e o território brasileiro, assumindo assim uma nova relação. Os impasses e divergências foram crescentes na diplomacia comercial, principalmente no que diz respeito a manutenção das colónias ultramarinas.

A partir de 1973, o governo brasileiro, em suas conversas com o governo português, deixava cada vez mais clara sua posição em relação as colónias africanas, e de que não hesitaria em votar contra Portugal nas Nações Unidas para se dissociar de Lisboa²¹. Por algum tempo o governo brasileiro e português manteve boas relações para buscar solucionar e negociar no que dizia respeito as colónias em África. “O único compromisso que o Brasil se dispunha a assumir com Portugal dizia respeito às negociações para a descolonização”²².

Por conta do seu apoio a Lisboa, o Brasil começou a sofrer oposições de grupos africanos, com a ajuda de parceiros árabes onde incluíam o Brasil na lista de países que sofreriam sanções económicas e embargos na compra do petróleo²³. Além disso, países africanos votaram contra o Brasil na XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas e a favor da Argentina sobre a utilização de recursos naturais comum aos dois países.

O apoio do Brasil a descolonização da África não se baseia somente pelo viés económico, mas também na questão diplomática que poderia conquistar uma maior autonomia no sistema internacional.

A Revolução de 25 de abril de 1974, que implementou um regime democrático em Portugal depondo o regime ditatorial do Estado Novo, foi recebida em Brasília com grande expectativa para alinhar e normalizar a relação entre os países. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo regime português. Porém essa grande expectativa deu espaço a dúvidas quanto a natureza política da revolução, visto que este vinha se radicalizando. Logo surgiu a polarização ideológica, de um lado o Brasil que se

²¹ Carvalho, Thiago. “Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976)“, *Ler História*, 63 | 2012, data de edição : 09 Abril 2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/398> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.398, consultado em 28 Outubro 2017.

²² Carvalho, Thiago Severiano Paiva de Almeida - *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consultado em 25 de outubro de 2017] Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2054](http://hdl.handle.net/10071/2054), consultado em 25 de Outubro de 2017. Pág 15.

²³ *Ibid.*

encontrava em uma ditadura civil-militar, e do outro Portugal que teve a revolução com um forte viés socialista em sua origem.

Uma das principais reivindicações para a volta do alinhamento entre o Brasil e Portugal era a descolonização, visto que com a revolução a radicalização política em Portugal vinha se instalando, o Brasil resolveu atuar de forma independente, pois acreditava que Lisboa já não mantinha as conversações sobre o processo de independência. Buscando manter oportunidades face a descolonização, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau em 18 de julho de 1974, antes de Portugal e da ONU. Após o anúncio de reconhecimento da Guiné-Bissau, o chanceler brasileiro, António Azeredo Silveira, anunciaria que essas políticas de reconhecimento estavam apenas começando e que outros processos como esse aconteceriam brevemente²⁴. Esse anúncio possuiu um forte simbolismo para o Brasil atingir seus objetivos de afirmar a sua estratégia de relações com países africanos e influenciar a política interna portuguesa, que enfrentava divergências quanto ao modelo de descolonização, isso fortaleceu os setores que buscavam a descolonização imediata. Antes do Brasil reconhecer a independência da Guiné-Bissau, um número significativo de estados já o tinham feito e brevemente também o seria por Portugal e pelas Nações Unidas.

As tensões entre o Brasil e Portugal puderam iniciar um processo de cessão através das relações e interesse que ambos os países possuíam politicamente. O Partido Socialista de Portugal que precisava de apoio internacional, e a diplomacia brasileira que via neste a força política necessária para levar a revolução até uma democracia e a descolonização²⁵. Esse interesse e necessidades em comum foram cruciais para permitir os diálogos entre os países. Porém a partir de março de 1975, a radicalização do processo revolucionário atingiu também de forma mais concreta o Brasil, com o período que ficou conhecido como o “gonçalvismo”²⁶. Nesse momento as críticas a ditadura brasileira aumentaram em Portugal, e foram registradas ameaças ao corpo diplomático. Somente

²⁴ Carvalho, Thiago Severiano Paiva de Almeida - *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consultado em 25 de outubro de 2017] Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2054](http://hdl.handle.net/10071/2054), consultado em 25 de Outubro de 2017.

²⁵ Ibid.

²⁶ Ibid.

em 25 de novembro de 1975 as relações luso-brasileira começaram a se normalizar, com a recuperação da iniciativa das forças políticas e militares moderadas em Portugal²⁷.

A busca brasileira da aproximação com África durante meados da década de 70, possuía como estratégia a busca da expansão da internacionalização da economia brasileira, diminuindo a dependência com outros mercados.

Somente com a eleição do I Governo Constitucional em 1976, as relações luso-brasileiras começaram a melhorar de facto. Nesse momento, o primeiro-ministro Mário Soares enfatizou a expectativa de uma reaproximação do Brasil com Portugal dizendo que a relações eram “tão íntimas, tão profundas, tão necessárias a ambas as partes que transcendem em muitos e de longe os problemas conjunturais dos regimes políticos ou dos governos”²⁸.

²⁷ Carvalho, Thiago. “Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976)”, *Ler História*, 63 | 2012, data de edição : 09 Abril 2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/398> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.398, consultado em 28 Outubro 2017.

²⁸ *Ibid.*

Relações Comerciais

O comércio internacional não se limita somente a compra e venda de produtos, ele assume também um papel necessário para o processo produtivo de empresas. Nesse sentido foi criado o conceito de “comércio internacional do século XXI”, ou “comércio integrado”. Nesse conceito estariam incluídos diversos fatores, como o comércio de bens, assim como suas partes e componentes, as “tecnologias e relações de negócios de longo prazo”, como treinamentos e “investimentos internacionais em plantas produtivas”, as formas de comunicação e conexão entre fronteiras como a telecomunicação, internet e serviços de entrega, transportes de cargas e despachos aduaneiros. E além das questões materiais o “comércio integrado” visa também o fluxo de conhecimentos, “como propriedade intelectual formal e outras formas tácitas de trocas de *know-how* gerencial e de marketing”²⁹.

O comércio internacional brasileiro é atuante principalmente na região da América do Sul. Essa “escolha” de região dá-se pelos fatores culturais e a proximidade geográfica, que facilitam essa relação. Além disso, os acordos comerciais, firmados desde meados da década de 1990, estimularam o comércio e negócios na região. Não somente o comércio, mas a América do Sul também concentra a maior parte de subsidiárias de empresas brasileiras que estão instaladas no exterior.³⁰

De acordo com Miriam Saraiva, a relação diplomática brasileira com alguns países da União Europeia é considerada importante, como Alemanha, Reino Unido, França, Espanha e Portugal, já com a União Europeia de forma coletiva traz algumas complicações. Segundo ela principalmente pela margem de manobra limitada da Comissão Europeia nas negociações de temas de comércio com o Brasil e o MERCOSUL. Esse cenário obteve uma melhora a partir de 2008, com a assinatura de novos acordos com a União Europeia.³¹

²⁹ Oliveira, Susan Elizabeth Martins Cesar de (2015). “*Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*”. Brasília: FUNAG.

³⁰ Fonseca, Carlos (2015). *A presença empresarial brasileira na América do Sul: implicações para a política externa*. Caderno de política exterior Ano 1- número 1- primeiro semestre 2015. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília- FUNAG.

³¹ Saraiva, Miriam Gomes (2014). *Os limites da parceria estratégica Brasil- União Europeia nos planos inter-regional e multilateral*. Anuario de Integración, 2014.

Dois acordos firmam as relações comerciais do Brasil com a União Europeia, que também afetam as relações com Portugal, o Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/ UE, em vigor desde 1 de novembro de 1995, e o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/ UE, desde 1 de julho de 1999. Ambos possuem como objetivo a facilidade do comércio entre as regiões³². De acordo com os decretos, o seu propósito é “fomentar, em especial, o desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologia, tendo em conta a situação especial do Brasil como país em desenvolvimento.”³³ Embora baixa a participação do Brasil no mercado europeu, o Brasil ainda assim é um importante parceiro comercial da União Europeia (nono maior importador e exportador para a União Europeia em 2011)³⁴. Esse comércio dá-se principalmente pela exportação de produtos básicos (51,8%), seguidos pelos produtos manufaturados (32,4%), e os semimanufaturados (15,6%)³⁵. Em 2014, o Brasil apresentou um total de 225.101 milhões de dólares em exportação, sendo o 4º maior do mundo em exportação de produtos agrícolas (87.890 milhões de dólares)³⁶.

No segundo mandato do presidente Lula, foi criado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com o intuito de aumentar o crescimento económico através da atuação do Estado, e com os investimentos orientados na infraestrutura do país. Nesse sentido deixou-se de dar uma continuidade, com pequenas alterações, a políticas económicas e sociais do governo anterior. “Nesse momento entrou em ação a ala desenvolvimentista do governo Lula, uma vez que, até então, a política económica havia

³² Decreto nº 1.721, de 28 de novembro de 1995 e o Decreto Nº 3192 de 5/10/1999, respetivamente, presentes na lei brasileira. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1721.htm e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3192.htm

³³ Decreto nº 1.721, de 28 de novembro de 1995.

³⁴ Klingl, Bernard Jorg Leopold de Garcia. *O Brasil e o processo decisório na União Europeia in Caderno de política exterior Ano 1- número 1- primeiro semestre 2015*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília- FUNAG.

³⁵ Dados de 2011. Ibid.

³⁶ *Estatísticas para o estudo das relações internacionais: maio de 2016 = Statistics for the study of international relations: May 2016/* Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Brasília: FUNAG, 2016.

sido conduzida pela dita ala monetarista”³⁷. Uma das metas do PAC³⁸ era o crescimento do PIB em, pelo menos, 4,5% em 2007 e 5% entre 2008-2010. Esses objetivos foram alcançados, com um crescimento em 2007 de 6,1% do PIB em relação a 2006³⁹. Em 2008 crescimento de 5,2% relativamente ao ano anterior. Em 2009 houve uma queda de -0,3%, porém que foi recuperada com um crescimento em 2010 de 7,5% em relação a 2009.⁴⁰

Em 2015, o PIB brasileiro foi de 1801,1 bilhões de dólares, e foi considerada a 9ª economia mundial de acordo com o Banco Mundial, e a 1ª da América Latina, mesmo após uma considerável queda em relação ao ano anterior, 2014, 2.455,4 bilhões de dólares. No ano de 2016, o PIB apresentou outra considerável queda, de 3,6%⁴¹.

O Brasil ocupa uma posição de país exportador de produtos basicamente de matérias-primas. Isso demanda poucas matérias primas e equipamentos de fornecedores externos. De acordo com a OCDE⁴² a participação do Brasil nas cadeias de valor é muito pequena, e nosso componente de importação torna-se bem reduzido.

Em finais de 2011, a presidenta Dilma Rousseff reformulou a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, quando lançou o “Plano Brasil Maior”, com o objetivo principal de uma mudança na inserção do Brasil na economia internacional. Com isso, o Brasil planejava expandir e diversificar as exportações, assim aumentando a participação no comércio internacional⁴³. Um dos motivos para a criação do plano “Brasil Maior” foi o movimento de desindustrialização percebido no início do governo Dilma. De acordo

³⁷ Romão, Manoel Júnio da Silva, Carmo Solange Neves e Santos, Carlos Aguiar dos (2012). *Governo PT: uma análise econômica dos governos Lula e Dilma*. Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP.

³⁸ Programa de Aceleração do Crescimento.

³⁹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/13737-asi-em-2007-pib-atinge-r-27-trilhoes-e-cresce-61.html>

⁴⁰ Fonte IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). <https://www.ibge.gov.br/>

⁴¹ De acordo com o IBGE, no Portal Brasil. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/pib-fecha-2016-com-uma-queda-de-3-6>.

⁴² Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

⁴³ Oliveira, Susan Elizabeth Martins Cesar de (2015). *“Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá”*. Brasília: FUNAG.

com a FIESP⁴⁴, “um em quatro produtos industrializados consumidos no Brasil é importado, sendo que em 2003 essa relação era de um para dez”⁴⁵.

Durante o segundo mandato da ex presidenta Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou crises políticas, econômicas e sociais. Em 2015, a economia brasileira sofreu uma diminuição de 3,8%, uma das maiores da história brasileira, ocorreu uma grande deterioração fiscal com o déficit público nominal passando de 2,97% do PIB em 2013 para 10,38% em 2015. Além de um grande aumento na taxa de desemprego do país, com um aumento de mais de 5%⁴⁶. O descontentamento da população era notório através das diversas manifestações que assolaram o país, principalmente em março de 2015 e março de 2016.

Octavio Amorim Neto associa duas possibilidades para a crise de 2015-2016. A primeira causa da crise seriam os problemas externos. Isto estaria relacionado a queda dos preços dos bens primários, e o fim dos estímulos monetários que eram oferecidos pelo Banco Central dos Estados Unidos desde a crise financeira de 2008. A partir de 2013 isso teria levado a desvalorização da moeda brasileira, o que gerou uma crise na economia do Brasil. Outro fator, que ele afirma ainda ser o mais defendido pelos políticos opositores a ex presidenta Dilma Rousseff, seria que a crise era o resultado direto de erros domésticos, que teriam ocorrido principalmente durante os cinco anos de governo Dilma entre janeiro de 2011 e agosto de 2016, quando deixou o governo através de um impeachment. Seriam esses erros “as excessivas e voluntaristas intervenções em vários mercados e setores produtivos, as oscilações bruscas na política econômica, o vai e vem permanente entre a rigidez ideológica e o pragmatismo de curto prazo”⁴⁷. Os que defendem essa segunda teoria afirmam que existem sim problemas que decorreram da economia internacional, mas teriam um peso muito menor na crise do que os erros internos. O fato do Brasil ter um sistema político baseado em coligações afeta ainda mais as decisões presidenciais, a alta fragmentação do poder legislativo aumenta a

⁴⁴ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Romão, Manoel Júnio da Silva, Carmo Solange Neves e Santos, Carlos Aguiar dos (2012). *Governo PT: uma análise econômica dos governos Lula e Dilma*. Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP.

⁴⁶ Comparação entre o último trimestre de 2013 e o segundo trimestre de 2016 (6,2% e 11,3% respectivamente). Neto, Octavio Amorim. “A crise política brasileira de 2015-2016: diagnósticos, sequelas e profilaxia”. *Revista de Relações Internacionais*. Dezembro de 2016, pp. 43-54.

⁴⁷ Neto, Octavio Amorim (2016). “A crise política brasileira de 2015-2016: diagnósticos, sequelas e profilaxia”. *Revista de Relações Internacionais*, pp. 43-54.

instabilidade política, o que também pode ter contribuído para a crise brasileira. A rigidez orçamentária pode ser outro fator, já que existem despesas obrigatórias uma pequena percentagem do Orçamento Federal é controlada pelo governo, o que não permite grandes possibilidades de mudanças de destino do orçamento para conter a economia. Para Octavio Amorim Neto o mais provável são as condições da economia internacional, já que o Brasil se encontra desde a década de 1990 em sistemas de coligações e com rigidez orçamentária⁴⁸.

Dados das relações comerciais brasileiras

Uma importante forma de investir na economia de um país é através do Investimento Estrangeiro Direto, que consiste em todo o montante de dinheiro vindo do exterior e é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, sendo na formação de novas empresas ou como forma de mantê-las. Essa forma de investimento ajuda o país pois contribui para o aumento da capacidade de produção, devido ao montante de dinheiro que é investido. É uma importante forma de recurso para o desenvolvimento dos países principalmente para países menos desenvolvidos, pois ajuda na construção de capital, cria oportunidades de emprego, desenvolve as capacidades produtivas, e desenvolve as habilidades locais através da implementação de novas tecnologias.⁴⁹ Durante 1960 e 1980, o Brasil recebeu grandes quantidades desse investimento, a globalização ampliou esses fluxos de investimentos o tornou-os mais fáceis⁵⁰, na medida em que facilitou o comércio e comunicação entre os países, através de meios de transportes mais eficientes e a comunicação mais ágil. A falta de credibilidade na economia brasileira entre o final da década de 1980 e o final dos anos 1990 fez com que essa forma de investimento tivesse uma queda, a qual só voltou a crescer novamente a partir de 2000. O baixo crescimento da economia brasileira e o fim das privatizações provocou uma queda desses

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Calegário, Cristina L. Leal e Pereira, Nádia Campos (2013). “Foreign direct investments strategies effects on the Brazil’s trade balance: a causality analysis”. *GCG Georgetown University*, vol. 7, nº 1, pp. 73-87.

⁵⁰http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23

investimentos, que só voltaram a crescer a partir de 2004⁵¹. O investimento estrangeiro direto foi de grande importância e estimulou as exportações no Brasil durante vários períodos.

O Brasil é um grande recetor de investimento estrangeiro direto, em 2015 foi o 8º maior recetor mundial de IED e em 2014 o maior da região da América Latina e Caraíbas, representando 39% do total desses investimentos nessas regiões⁵². Devido a crise política e económica em que até hoje se encontra o Brasil, o fluxo de investimentos sofreu uma queda a partir de 2016. Esse investimento é regulado pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e pelo Decreto nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.⁵³ Antes de serem aprovados devem passar pelo registro do Banco Central do Brasil e as informações ficam integradas no Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN), que é o principal órgão brasileiro responsável pela fiscalização e monitorização do mercado. Em 2014, o Brasil foi o 3º maior emissor do mundo de investimentos estrangeiros diretos em outros territórios (96.895 milhões de dólares)⁵⁴.

Os principais clientes do Brasil entre 2013 e 2015 foram a China em primeiro lugar seguido pelos Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Portugal ocupou em 2013 a 43ª posição, subindo nos anos seguintes para a 40ª posição⁵⁵. Apesar de Portugal não estar entre os maiores clientes do Brasil é ainda assim de grande importância para o comércio brasileiro e suas relações com os países da Europa. É notório e reconhecido o esforço de Portugal em manter as relações entre a América Latina e a UE, principalmente entre Bruxelas e Brasília⁵⁶. Exemplo dessa relação pode ser percebida

⁵¹ Calegário, Cristina L. Leal e Pereira, Nádia Campos (2013). “Foreign direct investments strategies effects on the Brazil’s trade balance: a causality analysis”. *GCG Georgetown University*, vol. 7, nº 1, pp. 73-87.

⁵² Anexo. Tabela 1: Investimento Direto Estrangeiro. Retirado da Ficha de Mercado- Brasil- AICEP.

⁵³ Com alterações posteriores. Ficha de Mercado- Brasil. AICEP.

⁵⁴ *Estatísticas para o estudo das relações internacionais: maio de 2016 = Statistics for the study of international relations: May 2016/* Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Brasília: FUNAG, 2016.

⁵⁵ Anexo. Tabela 2: Principais clientes. Retirado da Ficha de Mercado- Brasil- AICEP. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=38>

⁵⁶ Ferreira-Pereira, Laura C. (2010). “As relações entre a União Europeia e o Brasil: o papel de Portugal num processo em crescendo cooperativo”. *Revista Mundo Nuevo*, 1:3, pp. 9-30.

na VII Cimeira Brasil-Portugal, em 2004, quando o ex presidente Luís Inácio Lula da Silva mostra a importância da relação com Portugal. Em sua declaração, o ex presidente destaca sobre a relação do Brasil com Portugal: “A parceria entre os nossos países desempenha um papel central também no futuro das relações entre a União Europeia e a América Latina e Caribe. Por isso, contamos com Portugal para que se possa assinar – ainda este ano- o acordo de associação Mercosul- União Europeia”.⁵⁷

Em 2015, Portugal recebeu 0,4% das exportações brasileiras e ocupou a 38º posição relativamente aos clientes brasileiros, o 10º da União Europeia, representando 0,5% do total das importações brasileiras⁵⁸. Apesar dos baixos valores e pouca representatividade no comércio internacional, o esforço político de manter relações se torna importante não só pelas relações comerciais com Portugal, mas também pela influência que este possui em outros países da Europa. Além das questões históricas e culturais que envolvem os dois países.

Referente ao comércio de bens e serviço do Brasil com Portugal, em 2015 o Brasil representou 2,0% das exportações e 1,8% das importações. Em 2016 manteve-se a taxa das exportações e as importações caíram 0,2% relativamente ao ano anterior. Durante o primeiro trimestre do ano corrente apresentou um aumento nas exportações e importações, apresentando valores de 2,5% e 2,0% respetivamente.⁵⁹ Apesar de poucas variações no comércio de bens e serviços, o crescimento médio anual das importações e exportações de bens e serviços foi negativo entre 2012 e 2016 (-2,2% nas exportações e -12,1% nas importações). No primeiro trimestre de 2017 ocorreu um aumento relativamente ao mesmo período em 2016, de 55,7% nas exportações e 48,9% nas importações. Nota-se uma manutenção nos níveis comerciais entre o Brasil e Portugal, com pequenas variações no decorrer dos anos, apesar da baixa percentagem relativamente ao nível total de importações e exportações é presente e perceptível a presença de ambos os países em seus comércios internacionais. O comércio se torna importante para muito

⁵⁷ Citado por Laura C. Ferreira-Pereira em “As relações entre a União Europeia e o Brasil: o papel de Portugal num processo em crescendo cooperativo”. *Revista Mundo Nuevo*, 1:3, pp. 9-30.

⁵⁸ De acordo com a Ficha de Mercado do Brasil da AICEP. Dados do ITC (International Trade Center) mostram uma quebra de 26% em 2015, quando iniciou-se um processo de diminuição do crescimento, de +20% em 2012 para apenas +1% em 2014. Anexo. Tabela 3: Principais fornecedores.

⁵⁹ Ficha de Mercado AICEP. Anexo Relacionamento econômico de Portugal com o Brasil. Tabela 4: Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços.

além de somente valores e quantidades de produtos, mas principalmente pela vontade política devido as relações históricas e culturais entre os países.

O principal produto exportado pelo Brasil em 2015 foram as sementes, grãos e frutos, representando 11,1% do total. Seguido pelos minérios, escórias e cinzas, combustíveis e óleos minerais, carnes e máquinas e equipamentos mecânicos⁶⁰. Já entre os principais produtos importados em 2015, representou 14,5% do total os combustíveis e óleos minerais e as máquinas e equipamentos mecânicos, seguido pelos equipamentos elétricos, automóveis e produtos químicos e orgânicos. Os produtos que chegam a Portugal provenientes do Brasil são em maioria veículos e outro mat. transporte, produtos agrícolas, metais comuns e combustíveis minerais⁶¹, havendo variações de acordo com os anos anteriores.⁶² Já os produtos exportados de Portugal para o Brasil em 2016 foram em sua maioria produtos agrícolas (45,6%), seguido dos veículos e outros materiais de transporte (21,2%), havendo uma pequena queda nos totais de exportação de Portugal para o Brasil em relação ao ano de 2015 (538,8 milhões de euros em 2016, e 568,8 milhões de euros em 2015).⁶³

Discursos, entrevistas e artigos publicados no Brasil

Um dos maiores desafios brasileiros era a obtenção de melhores condições de acesso a mercado para produtos e serviços produzidos no Brasil, o que demandou grande investimento e políticas para ser alcançado. O Brasil enfrentou diversos desafios e precisou encontrar formas para que pudesse se inserir no comércio internacional de forma mais eficaz e como ator relevante em alguns setores. Para isso criou diversos laços com outros países e instituições, e precisou dedicar-se internamente a departamentos que produzissem e auxiliassem nessa expansão. O comércio internacional vai muito além de grandes investidores com dinheiro para mandarem produtos para fora do país e trazerem tecnologias para seus países de origem para produzirem. O governo precisa de dar esse

⁶⁰ Anexo. Tabela 5: Principais produtos exportados e importados pelo Brasil em 2015. Retirado da AICEP- Brasil- Síntese País.

⁶¹ Relativamente ao ano de 2016. Dados retirados da AICEP Síntese de País- Brasil.

⁶² Anexo. Lista de Importações de Portugal provenientes do Brasil por grupos de produtos. Retirado da AICEP- Brasil- Síntese País.

⁶³ Anexo. Lista de Exportações de Portugal para o Brasil por grupos de produtos. Retirado da AICEP- Brasil- Síntese País.

suporte e são preciso leis e esforços para que as relações aconteçam de forma eficaz e segura para ambas as partes. Alguns dos esforços brasileiros são apresentados em discursos de ministros, políticos, ou até mesmo em artigos feitos pelos membros do governo ou entrevistas dos mesmos.

Devido a esses esforços realizados, em 2012, o Brasil passou a ter relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. Referidamente à União Europeia, a relação com o Brasil pauta-se por uma “parceria estratégica” desde 2007, e se levarmos em conta toda a União Europeia, é o principal parceiro comercial do Brasil.⁶⁴ Entre 2007 e 2012, o comércio brasileiro expandiu 47% junto a UE, o que mostra um grande avanço nas relações comerciais com os outros países e organizações mundiais.

A partir de 1994 as relações comerciais internacionais começaram a ser reguladas pelas regras da Organização Mundial do Comércio, que foi criada em 15 de abril de 1994 e começou a funcionar em 1 de janeiro de 1995. Seu principal objetivo é fazer com que o comércio ocorra de forma livre. É responsável pelos acordos que estão envolvidos, pela cooperação com outras organizações internacionais, assistência a países em desenvolvimento e as políticas comerciais de membros, participando das negociações comerciais.⁶⁵ O incumprimento dessas regras é processado por dispositivos jurídicos pela OMC, para autorizar retaliações quando necessário. Desde a criação da OMC em 1995, poucos foram os avanços na liberalização comercial multilateral, os avanços deram-se principalmente por meio de acordos preferenciais de comércios regionais ou bilaterais. O nível comercial cresceu a níveis maiores que a produção global⁶⁶.

A busca de solucionar problemas e controvérsias junto a OMC, foi criada no Brasil a Coordenação Geral de Contenciosos em 10 de outubro de 2001, e de acordo com o ex ministro das relações exteriores Antonio de Aguiar Patriota foi um marco importante na diplomacia comercial brasileira. Uma medida administrativa do Itamaraty que permitiu ao Brasil tornar-se um importante ator na solução de controvérsias da OMC.⁶⁷

⁶⁴“*União Europeia, parceria por um novo paradigma de governança global*”. Palestra proferida por ocasião da visita da Alta Representante para relações exteriores e políticas de segurança da União Europeia, Catherine Ashton, em Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

⁶⁵ Site da Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization). <https://www.wto.org/>

⁶⁶ Oliveira, Susan Elizabeth Martins Cesar de (2015). “*Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*”. Brasília: FUNAG.

⁶⁷Patriota, Antonio de Aguiar. Discurso proferido pelo ex Ministro por ocasião da cerimônia de abertura do Seminário Internacional “*O Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC*”.

Em 2007, na reunião da I Cimeira Brasil- União Europeia, a ex presidente Dilma Rousseff estabeleceu junto da UE uma parceria estratégica, em busca de um aprofundamento das relações políticas e económicas bilaterais. Foram firmados os compromissos de paz e segurança internacional, assim como o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos e liberdades. Na reunião da V Cimeira Brasil- União Europeia que ocorreu em Bruxelas, 3 e 4 de outubro de 2011, relativamente ao comércio internacional concordaram em facilitar o comércio entre ambas as partes com o objetivo de impulsionar o crescimento económico e a prosperidade das sociedades. Além das questões ligadas diretamente ao comércio também concordaram com a troca de informações e conhecimentos que impulsionem esse comércio, além do incentivo ao fluxo turístico e trocas de informações sobre suas políticas de compra.⁶⁸

Com o objetivo de auxiliar pessoas que desejassem expandir os seus negócios e exportar produtos para o exterior foi criado em 1965 o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, sofreu remodelações ao longo dos anos, em 1991 e 1997. Responsável por promover o comércio, turismo e atrair investimentos estrangeiros, além do que foi já dito contribuir para a internacionalização de empresas brasileiras.⁶⁹ Entre 2005 e 2010, o Brasil possuía 3.901 micro, pequenas e médias empresas o 6º maior do mundo⁷⁰, o que justifica a criação de mecanismos que facilitem e incentivem a iniciativa dessas empresas brasileiras no exterior, contribuindo para o crescimento económico do território e sua população.

A diplomacia comercial desempenha um importante papel a promover os interesses nessa área. Seu principal objetivo pode ser definido como a “criação de condições e prospeção de oportunidades para que o comercio internacional sirva ao projeto de desenvolvimento do país”.⁷¹

Brasília 10 de outubro de 2011. Disponível:
http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2013d6_en.pdf

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/156-diplomacia-comercial>

⁷⁰ *Estatísticas para o estudo das relações internacionais: maio de 2016 = Statistics for the study of international relations: May 2016*/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Brasília: FUNAG, 2016.

⁷¹ Patriota, Antonio de Aguiar. “Diplomacia comercial em um mundo em crise”. *Jornal Valor Econômico*, 10 de outubro de 2012. [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e)

Como já foi dito anteriormente, em 2012, o Brasil ampliou consideravelmente seu comércio internacional, com o foco principal em seus países vizinhos da América do Sul. Essa ampliação do comércio se torna notória com o aumento das exportações, que alcançavam os US\$7,5 bilhões em 2001 e em 2012 passou a alcançar os US\$40 bilhões. Apesar de grande relação com os países latino americanos, o Brasil buscou sempre manter boas relações com a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão, sempre atento a esses grandes polos de comércio. Em um discurso proferido na Universidade de Lisboa, em 2013, mostrou-se a importância de Portugal em relação ao comércio internacional do Brasil, no que foi dito: “Mantemos uma atenção diferenciada para os países com os quais temos profundos vínculos históricos, culturais e humanos – e naturalmente Portugal ocupa, nesse contexto, um lugar muito especial.”⁷² Desde 2007 a relação com a União Europeia mantém-se através das negociações Mercosul- UE⁷³ e também através da CELAC⁷⁴-UE⁷⁵.

Em 2013, a política externa brasileira mostrou-se presente “em todos os debates internacionais de cunho estratégico, da consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável às considerações políticas associadas à proteção de civis em conflitos armados, das discussões sobre os impactos do câmbio no comércio internacional à reforma da governança econômica e política global”⁷⁶.

Em busca ainda de manter o avanço do comércio internacional e garantir o papel do Brasil nas organizações internacionais, em 2015 foi lançado no Brasil o Plano Nacional de Exportações, no que em seu discurso⁷⁷ a ex presidenta da República Dilma Rous-

entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/4551-diplomacia-e-comercio-artigo-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-valor-economico-de-10-10-2012

⁷² “*O Brasil mudou*”. Discurso do embaixador Antonio de Aguiar Patriota proferido na Universidade de Lisboa por ocasião da visita oficial a Portugal. Lisboa, 10 de abril de 2013.

⁷³ Sobre as relações Mercosul- EU consultar Messerlin, Patrick (2013). O acordo de livre comércio Mercosul- UE: uma perspectiva europeia. *Pontes*, vol 9, nº 10. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-acordo-de-livre-com%C3%A9rcio-merc-sul-ue-uma-perspectiva-europeia>.

⁷⁴ Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

⁷⁵ Consultar site do Parlamento Europeu: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.6.2.html.

⁷⁶ Patriota, Antonio de Aguiar. Diplomacia e democratização. *Revista Política Externa Brasileira*, volume 22, número 2, 2013.

⁷⁷ Discurso da Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião da cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Exportações. Palácio do Planalto, 24 de junho de 2015.

seff pautou o como “parte estratégica da nossa agenda de voltar a crescer”. Ela exemplificou três principais objetivos com este plano: “diversificar a pauta de exportações, agregando valor e conteúdo tecnológico a elas”; diversificar o mercado de destino das exportações, permitindo um menor impacto de situações desfavoráveis junto a outros mercados; e “diversificar a origem das exportações”, de forma regional e também por empresas, para uma melhor distribuição do estímulo ao comércio exterior por todo o território brasileiro. Em suas palavras, Dilma Rousseff aponta como compromisso “garantir previsibilidade, transparência e eficiência na execução das ações” para que o setor produtivo se torne parceiro do Brasil e que o “comércio exterior amplie sua importância como setor e como vetor de estímulo à competitividade e ao crescimento da economia. A principal expectativa da criação desse plano era expandir a economia e aumentar a participação no comércio internacional.

Em 1 de novembro de 2016, por ocasião da XII Cimeira Brasil- Portugal, o anúncio público afirma a parceria entre o Brasil e Portugal nos campos políticos e econômicos. Destaca-se ainda que cerca de 600 empresas portuguesas, ou de capital português atuam no Brasil no período citado⁷⁸. Isso mostra-nos a importância da parceria com Portugal para o governo brasileiro. Que apesar das relações comerciais com valores significativamente baixos em comparado com outros países já analisados anteriormente, Portugal mantém-se presente nas parcerias estratégicas e relações comerciais. Visto que sua importância é notória através da análise dos discursos e entrevistas de integrantes do governo, principalmente pela vontade política de manter essas relações. Muito se dá pelas relações históricas e culturais que envolvem os dois países.

Legislação brasileira⁷⁹

Algumas leis e decretos contribuem para a manutenção das relações e aproximação entre os países, além de facilitarem e regularem essas relações, de forma que sejam sempre cumpridas. De acordo com isso, algumas aplicações de decretos e leis

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10321-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-plano-nacional-de-exportacoes>

⁷⁸<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15091-xii-cimeira-brasil-portugal-brasilia-1-de-novembro-de-2016>

⁷⁹ <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

foram analisadas para acrescentarem as informações necessárias para entendimento da questão proposta. Alguns se relacionam a impostos, tarifas e relações referente ao comércio internacional, e outras na relação entre o Brasil com outros países ou instituições.

Lei nº 3.244 de 14 de agosto de 1957- Reforma das tarifas alfandegárias (com alterações). Fica decretada a possibilidade de impostos sobre produtos importados, ao mesmo tempo em que estipula a percentagem dos valores sobre os produtos. Após sanção da lei 12 revogações ocorreram em anos posteriores de forma direta a essa publicação. Principalmente alterações no que se refere as tarifas alfandegárias, impostos de importação sobre produtos, concessões de créditos e operações de câmbios e intercâmbios comerciais.

Decreto de 10 de junho de 1999 (decreto sem número) - Criação de um Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercado e Serviços, que tem como função a negociação e coordenação da posição brasileira em relação as negociações conduzidas na Organização Mundial do Comércio.

Decreto Legislativo nº 165 de 30 de maio de 2001- Aprovação do texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. Tem como principais objetivos: Desenvolvimento económico de ambas as nações, com o respeito dos direitos e liberdades fundamentais constantes na Declaração Universal dos Direitos do Homem; Aproximação entre o Brasil e Portugal com a busca de garantia da paz e progresso nas relações internacionais; Consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Participação dos países em processos de integração regional.

Decreto nº 5.677 de 18 de janeiro de 2006- Criação da Missão do Brasil junto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Decreto nº 6.700 de 17 de dezembro de 2008- Acordo de Cooperação do no Turismo entre Brasil e Portugal.

Decreto nº 8.488 de 10 de julho de 2015- Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da defesa. Com ressalva de que não constitui uma aliança militar ou mecanismo de assistência recíproca em casos de conflitos armados. O princípio brasileiro é de não intervenção e sim uma solução pacífica dos conflitos, o uso da força é utilizado somente em casos de legítima defesa ou com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Decreto nº 8.703 de 1 de abril de 2016- Comércio preferencial entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (Sacu). Na concessão de preferências tarifárias em busca do aumento comercial para conseguir futuramente uma Área de Livre Mercado. Fazem parte desse acordo a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai pelo lado do Mercosul. Pela Sacu são a República da Botsuana, o Reino do Lesoto, a República da Namíbia, a República da África do Sul e o Reino da Suazilândia.

Decreto nº 8.807 de 12 de julho de 2016- Alterações relativas a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). A CAMEX tem como objetivo promover o comércio exterior, seja por meio da adoção, formulação, implementação ou coordenação de políticas e atividades relacionadas ao comércio exterior de bens e serviços. Nesse sentido se inclui o turismo. Visando atrair e regular os investimentos no país e sua competitividade internacional.

Decreto nº 9.029 de 10 de abril de 2017- Alterações relativamente a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), no qual designa os Ministros que irão decidir sobre as deliberações do órgão.

Decreto nº 9.128 de 17 de agosto de 2017- Alteração da regulamentação da administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

Nesse sentido nota-se que mesmo selecionando e apresentando somente alguns decretos e leis, o comércio exterior mantém-se em constante mudança no território brasileiro, apesar das mudanças de governos, posicionamentos políticos, problemas internos, continua-se a renovar no que se refere ao comércio internacional. Nota-se também a importância da manutenção e afirmação de proximidade com países de língua portuguesa e relações históricas e culturas, sendo diversos os acordos que o Brasil mantém com Portugal de forma direta ou através de organizações.

Conclusão

As relações entre Brasil e Portugal, apesar de toda tradição histórica e cultural, já passaram por diversos momentos de tensão e desconfianças entre ambos. Porém o que se vê e observa hoje, de forma popular é a ideia de que são países sempre em harmonia e dispostos a se ajudarem.

De acordo com o que foi analisado, as tensões surgiram principalmente no momento em que o Brasil passou a sofrer “ataques”⁸⁰ e enfrentou dificuldades para seu avanço diplomático internacional. Isso ocorreu principalmente nas antigas colônias portuguesas em África, como a votação em instituições contra o Brasil e aumento de sanções e preço de produtos como forma de retaliação.

Apesar das tensões pelas quais passaram, hoje Brasil e Portugal compartilham diversos acordos políticos, de migração e comércio internacional e possuem interesses que vão muito além de questões económicas. Os últimos governos brasileiros, desde FHC (1995-2002) até a atualidade mostraram constante interesse em manter as relações com Portugal, alguns de forma mais ativa e presente, outros menos, mas essa relação sempre esteve em pauta nos governos.

O comércio entre o Brasil e Portugal, como visto no segundo capítulo, não possui valores significativos, tanto um quanto o outro não estão nos principais países exportadores e importadores um do outro. Porém ainda assim acordos são firmados e necessários para que ocorra de forma mais fluente e organizada. Muito se deve a vontade política de o realizar com maior importância.

O Brasil conquistou grande crescente no comércio internacional nos últimos anos, principalmente durante o governo de Lula. E que foi mantido pelo menos no início do mandato de Dilma Rousseff. Alguns decretos brasileiros foram analisados para mostrar essa continuação de comunicação e relação do Brasil com Portugal. Através dos anos novos decretos e leis vão surgindo e os anteriores reformulados.

É possível que as boas relações entre o Brasil e Portugal se mantenham no decorrer dos anos, e o comércio expanda ainda mais visto a necessidade de cada país. Manter uma boa relação comercial e diplomática com Portugal é de grande mais-valia para o Brasil, uma vez que incentiva e ajuda na relação com os países da Europa.

⁸⁰ O que me refiro a ataques são ataques de forma político ou diplomática, não um ataque propriamente armado.

Bibliografia

“O Brasil mudou”. Discurso do embaixador Antonio de Aguiar Patriota proferido na Universidade de Lisboa por ocasião da visita oficial a Portugal. Lisboa, 10 de abril de 2013.

“União Europeia, parceria por um novo paradigma de governança global”. Palestra proferida por ocasião da visita da Alta Representante para relações exteriores e políticas de segurança da União Europeia, Catherine Ashton, em Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

AICEP- Brasil- Síntese País. Disponível para consulta em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=38>.

AICEP- Brasil. Ficha de Mercado. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=38>.

Alianza del Pacífico- <http://www.cancilleria.gov.co/international/consensus/pacific-alliance>

Calegário, Cristina L. Leal e Nádia Campos Pereira (2013). “Foreign direct investments strategies effects on the Brazil’s trade balance: a causality analysis”. *GCG Georgetown University*, vol. 7, nº 1, pp. 73-87.

Calegário, Cristina L. Leal, Nádia C. Pereira e Melina Campos (2014). “Foreign direct investment and trade: a study on selected Brazilian industries”. *Latin American Business Review*, 15:1, 65-92.

Carvalho, Thiago Severiano Paiva de Almeida - *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consultado em 25 de outubro de 2017] Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2054](http://hdl.handle.net/10071/2054), consultado em 25 de Outubro de 2017.

_____ « Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976) », *Ler História*, 63 | 2012, data de edição : 09 Abril 2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/398> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.398, consultado em 28 Outubro 2017.

Cervo, A. L. (2003) “A política exterior: de Cardoso a Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 46(1): 5–11.

Colóquios sobre o Brasil nº79. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1967.

Cunha, André Moreira, Marcos T. Caputi Lelis e Flavio Benevett Fligenspan (2013). “Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 3 (132), pp. 463-485.

Estatísticas para o estudo das relações internacionais: maio de 2016 = Statistics for the study of international relations: May 2016/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Brasília: FUNAG, 2016.

Ferreira-Pereira, Laura C. (2010). “As relações entre a União Europeia e o Brasil: o papel de Portugal num processo em crescendo cooperativo”. *Revista Mundo Nuevo*, 1:3, pp. 9-30.

Fonseca, Carlos (2015). *A presença empresarial brasileira na América do Sul: implicações para a política externa*. Caderno de política exterior Ano 1- número 1- primeiro semestre 2015. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília- FUNAG.

Fonseca, Carmem (2008). O Brasil na Europa. *Relações Internacionais*, pp 39-42.

Fonseca, Carmen (2010). Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). *Revista Brasileira de Política Internacional* 53:2, 49-69.

Furtado, Celso (1971). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Gonçalves, Williams da Silva (2003). *O realismo da fraternidade Brasil- Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*. Imprensa de Ciências Sociais.

Hidalgo, Álvaro Barrantes e Feistel, Paulo Ricardo (2013). “Mudança na estrutura do comércio exterior brasileiro: Uma análise sob a ótica da teoria de Heckscher-Ohlin”. *Est. Econ.*, São Paulo, vol. 43, nº 1, pp. 79- 108.

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=38>

Itamaraty, Relações Exteriores (2016). XII Cimeira Brasil-Portugal. Brasília, 1º de novembro de 2016. Disponível: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15091-xii-cimeira-brasil-portugal-brasilia-1-de-novembro-de-2016>

Itamaraty, Relações Exteriores. Diplomacia comercial. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/156-diplomacia-comercial>

Klingl, Bernard Jorg Leopold de Garcia. *Caderno de política exterior Ano 1- número 1- primeiro semestre 2015*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília- FUNAG.

Knopfli, Francisco (Embaixador) (2004). *As políticas exteriores de Brasil e Portugal: visões comparadas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Neto, Octavio Amorim (2016). “A crise política brasileira de 2015-2016: diagnósticos, sequelas e profilaxia”. *Revista de Relações Internacionais*, pp. 43-54.

Oliveira, Guilherme Ziebell e Isadora Loreto Silveira (2015). De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na política externa brasileira para a América do Sul? *Revista de Estudos Internacionais*, vol 6 (2).

Oliveira, Susan Elizabeth Martins Cesar de (2015). *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*. Brasília: FUNAG.

Patriota, Antonio de Aguiar. “Diplomacia comercial em um mundo em crise”. Artigo publicado no jornal Valor Econômico, 10 de outubro de 2012. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/4551-diplomacia-e-comercio-artigo-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-valor-economico-de-10-10-2012>

_____. Diplomacia e democratização. Artigo publicado na revista Política Externa Brasileira, volume 22, número 2, 2013.

_____. Discurso proferido pelo ex Ministro por ocasião da cerimônia de abertura do Seminário Internacional “O Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília 10 de outubro de 2011. Disponível: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2013d6_en.pdf

Portal Brasil (2017). PIB fecha 2016 com uma queda de 3,6%. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/pib-fecha-2016-com-uma-queda-de-3-6>

Ribeiro, Darcy (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Romão, Manoel Júnio da Silva, Carmo Solange Neves e Santos, Carlos Aguiar dos (2012). *Governo PT: uma análise econômica dos governos Lula e Dilma*. Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP.

Rousseff, Dilma (2015). Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Exportações. Palácio do Planalto, 24 de junho de 2015. Disponível: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10321-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-plano-nacional-de-exportacoes>

Santos, Norberto Pinto dos (2000). Portugal e Brasil: as aventuras de uma relação. Caderno de Geografia nº19. Coimbra, *F.L.U.C.*, pp 83-95.

Saraiva, Miriam Gomes (2014). Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Revista de Relações Internacionais* 44: 25-35.

_____ (2014). *Os limites da parceria estratégica Brasil- União Europeia nos planos inter-regional e multilateral*. Anuario de Integración, 2014.

Tude, João Martins e Milani, Carlos Sanchez (2013). “A política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula”. *Revista brasileira de política internacional* 56 (1): 85-103

Veiga, Pedro da Motta, Rios, Sandra Polónia (2011). Política econômica externa do governo Dilma: dilemas e desafios. *Pontes*, vol 7, nº 1. Disponível: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pol%C3%ADtica-econ%C3%B4mica-externa-do-governo-dilma-dilemas-e-desafios>

Vieira, Vinícius Rodrigues (2014). “Is politics behind trade? The impact of international trends and diplomatic action on Brazil’s exports during globalization”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 33, nº 2, pp. 140-157.

Wolffenbüttel, Andréa (2006). Investimento estrangeiro direto. *IPEA*, ano 3, edição 22. Disponível: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23

World Trade Organization- <https://www.wto.org/>

Legislação

Decretos para consulta disponíveis no site: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Anexos

Tabela 1: Investimento Direto Estrangeiro

(106 USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento estrangeiro no Brasil	48 506	66 660	65 272	63 996	62 495
Investimento do Brasil no estrangeiro	11 588	-1 029	-2 821	-3 495	-3 540

Posição no “ranking” mundial

Como recetor	9 ^a	5 ^a	4 ^a	6 ^a	6 ^a
Como emissor	27 ^a	163 ^a	160 ^a	187 ^a	185 ^a

Fonte: UNCTAD- World Investment Report 2015.

Tabela 2: Principais clientes

Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	19,0	1 ^a	18,0	1 ^a	18,6	1 ^a
EUA	10,3	2 ^a	12,1	2 ^a	12,7	2 ^a
Argentina	8,1	3 ^a	6,3	3 ^a	6,7	3 ^a
Países Baixos	7,2	4 ^a	5,8	4 ^a	5,3	4 ^a
Alemanha	2,7	6 ^a	2,9	6 ^a	2,7	5 ^a
Portugal	0,4	46^a	0,5	40^a	0,4	40^a

Fonte: International Trade Centre (ITC).

Tabela 3: Principais fornecedores

Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição

China	15,6	1 ^a	16,3	1 ^a	17,9	1 ^a
EUA	15,1	2 ^a	15,4	2 ^a	15,6	2 ^a
Alemanha	6,3	4 ^a	6,0	4 ^a	6,1	3 ^a
Argentina	6,9	3 ^a	6,2	3 ^a	6,0	4 ^a
Coreia do Sul	4,0	6 ^a	3,7	6 ^a	3,2	5 ^a
Portugal	0,5	40^a	0,5	41^a	0,5	38^a

Fonte: International Trade Centre (ITC).

Tabela 4: Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan/mar
Brasil como cliente de Portugal	% Export.	2,5	2,7	2,6	2,4	2,0	1,8
Brasil como fornecedor de Portugal	% Import.	2,7	2,8	1,9	1,8	1,8	2,0

Fonte: Banco de Portugal.

Tabela 5: Principais produtos exportados e importados em 2015 pelo Brasil

Principais Produtos Exportados- 2015		Principais produtos Importados- 2015	
	% total		% total
Grãos, sementes e frutos	11,1%	Combustíveis e óleos minerais, etc.	14,5%
Minérios, escórias e cinzas	8,7%	Máquinas e equipamentos mecânicos	14,5%
Combustíveis e óleos minerais, etc.	7,2%	Máquinas e equipamentos elétricos	11,9%

Carnes e miudezas comestíveis	6,8%	Automóveis e outros veículos terrestres	7,9%
Máquinas e equipamentos mecânicos	5,9%	Produtos químicos orgânicos	5,4%

Fonte: ITC – International Trade Center.

Lista de Importações de Portugal provenientes do Brasil por grupos de produtos

	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Veículos e outro mat. transporte	11,0	0,8	55,4	6,4	481,0	45,6	768,1
Agrícolas	259,4	18,9	286,1	33,3	200,0	19,0	-30,1
Metais comuns	18,6	1,4	97,4	11,3	96,1	9,1	-1,3
Combustíveis minerais	754,3	55,1	209,6	24,4	84,8	8,0	-59,5
Máquinas e aparelhos	34,3	2,5	39,5	4,6	37,5	3,6	-5,0
Plásticos e borracha	38,5	2,8	37,3	4,3	31,8	3,0	-14,7
Madeira e cortiça	11,2	0,8	29,3	3,4	27,4	2,6	-6,3
Alimentares	131,2	9,6	12,7	1,5	21,6	2,0	70,0
Químicos	28,4	2,1	11,5	1,3	16,0	1,5	38,9
Matérias têxteis	10,4	0,8	14,5	1,7	11,6	1,1	-19,5
Peles e couros	11,5	0,8	15,9	1,8	11,5	1,1	-27,4
Pastas celulósicas e papel	8,1	0,6	7,9	0,9	10,2	1,0	28,5
Calçado	7,6	0,6	6,7	0,8	7,2	0,7	8,8
Vestuário	3,6	0,3	3,1	0,4	3,4	0,3	8,9

Instrumentos de ótica e precisão	7,1	0,5	4,4	0,5	3,0	0,3	-31,8
Minerais e minérios	1,9	0,1	2,1	0,2	1,6	0,2	-21,1
Outros produtos (a)	31,7	2,3	26,7	3,1	9,6	0,9	-64,0
Total	1.368,8	100,0	860,0	100,0	1.054,4	100,0	22,6

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas

Lista de Exportações de Portugal para o Brasil por grupos de produtos.

	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Agrícolas	248,0	36,4	251,1	44,1	245,8	45,6	-2,1
Veículos e outro mat. transporte	14,2	2,1	90,4	15,9	114,2	21,2	26,3
Máquinas e aparelhos	115,3	16,9	72,5	12,7	49,2	9,1	-32,1
Alimentares	40,2	5,9	39,0	6,9	37,8	7,0	-3,2
Metais comuns	86,3	12,7	31,7	5,6	20,1	3,7	-36,8
Combustíveis minerais	40,5	6,0	2,7	0,5	13,3	2,5	384,6
Minerais e minérios	48,8	7,2	32,7	5,8	12,2	2,3	-62,8
Matérias têxteis	13,5	2,0	9,7	1,7	10,9	2,0	12,8
Plásticos e borracha	20,0	2,9	11,2	2,0	10,3	1,9	-7,8
Químicos	18,8	2,8	6,1	1,1	6,9	1,3	11,6

Pastas celulósicas e papel	9,3	1,4	5,0	0,9	6,3	1,2	26,1
Madeira e cortiça	8,3	1,2	4,6	0,8	4,3	0,8	-6,2
Vestuário	5,8	0,8	2,1	0,4	2,0	0,4	-7,4
Instrumentos de ótica e precisão	4,7	0,7	3,9	0,7	1,8	0,3	-55,4
Peles e couros	0,5	0,1	0,9	0,2	0,3	0,1	-62,4
Calçado	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	-16,5
Outros produtos (a)	6,3	0,9	4,9	0,9	3,5	0,7	-27,6
Total	680,8	100,0	568,8	100,0	538,8	100,0	-5,3

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.